

SEGURANÇA PÚBLICA



Esta seção trata da crise na Segurança Pública brasileira, que se agrava e faz mais vítimas. Foram 62 mortos no Pará e no Rio de Janeiro, e as polícias civil e militar já acumulam 881 assassinatos em 2019.

Presídios lotados, massacres, tiros e morte

Agosto foi marcado pela repercussão de dois casos que mobilizaram a opinião pública de todo o país: o massacre no Centro de Recuperação Regional de Altamira (CRRALT), no sudoeste do Pará, que deixou 62 detentos mortos. E a morte do sequestrador de um ônibus com 37 pessoas em Niterói, no estado do Rio de Janeiro. Os eventos estampam a crise de segurança pública que o país vive, marcada pela superlotação dos presídios e por uma polícia ostensiva despreparada.

O massacre no Pará

Entre os dias 29 e 31 de agosto morreram 62 pessoas em CRRALT: dezesseis presos foram encontrados decapitados com armas artesanais e 41 morreram asfixiados durante incêndio. Segundo a apuração do governo, os crimes ocorreram por razões da disputa entre facções criminosas.

Vídeos mostram cabeças sendo jogadas no chão em uma das alas do presídio. Em um momento, um homem, aparentemente um dos presos, chuta uma cabeça como se fosse bola de futebol. Presos aparecem sobre um telhado, onde há corpos estirados e fumaça.

A situação do Centro de Recuperação Regional de Altamira já anuncia a tragédia. Segundo relatório do Conselho Nacional de Justiça, a unidade contava com apenas 33 agentes penitenciários responsáveis pela custódia de 343 presos – mais que o dobro da capacidade da unidade que é de 163 vagas.

Segundo o *Atlas da Violência* de 2017, Altamira está no top dez das cidades com mais homicídios do Brasil. Saltou de 9,1 homicídios por cem mil habitantes em 2000 para 124,6 em 2015.

O que pode explicar essa explosão é o legado de uma desilusão, de um progresso econômico que

nunca chegou. Com o início da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, em 2011, Altamira viu a expansão da economia e da população. Mas sem planejamento nem estrutura para tanta gente e para tanto dinheiro, o progresso se limitou ao campo das promessas. Com a desmobilização do canteiro de obras de Belo Monte ainda em 2015, a crise econômica deu melhores condições para o crime se organizar, já que vê na cidade uma rota para tráfico também internacional, utilizando rios e a Transamazônica. Jovens, sem perspectiva, migraram para o tráfico de drogas como única forma de renda.

Assim, nos últimos anos, o Comando Classe A (CCA, de origem local) se organiza e se fortalece, dividindo o comando do tráfico e das prisões da região com o Primeiro Comando da Capital (com origem em São Paulo), Comando Vermelho (de origem carioca), e Família do Norte do Amazonas (FDN).

Foi então que, em 29 de agosto, integrantes do CCA aproveitaram o momento em que as celas estavam destrancadas no início da manhã, quando os presos tomam café da manhã, para invadir o espaço do CV. Depois de matar parte dos rivais, os integrantes da facção local atearam fogo no pavilhão.

Especialistas explicam que a atuação já violenta do CCA na região piorou com o crescimento rápido do Comando Vermelho (CV) em Belém. O CCA teria ficado preocupado com a influência do CV no Pará. Para o CCA não é muito interessante estabelecer uma aliança com PCC (inimiga do FDN que por sua vez tem forte presença na região amazônica), mas isso poderia estar ocorrendo para, neste momento, conseguir barrar o avanço do CV na região.

O secretário extraordinário para assuntos penitenciários do estado, Jarbas Vasconcelos, disse que não havia nenhum relatório da inteligência reportando um possível ataque. O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, em acordo com o governador do Pará, Helder Barbalho, autorizou a atuação de uma força-tarefa de intervenção penitenciária (numa ação coordenado pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen) e ofereceu vagas federais para transferência de lideranças criminosas envolvidas na rebelião. Anunciou também a criação de 22 mil novas vagas no sistema prisional, o que segundo ele “minimiza a superlota-

ção nos presídios”. Moro defendeu também que os presos envolvidos nos massacres ficassem presos “para sempre” em presídios federais. Lembremos que prisão perpétua não é prevista no país.

As medidas propostas por Moro resolvem a questão? Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, o Infopen, existem atualmente no Brasil 726.712 presos. Como o país oferece 368.049 vagas, o déficit é de 358.663. O que Moro propõe para 2019 não chega a 10% da “necessidade”. Mas será que há necessidade de se encarcerar tanto? Cerca de 40% são presos provisórios (ainda não passaram por julgamento). Pessoas negras são 64% da população prisional. Os crimes relacionados ao tráfico de drogas são a maior incidência que leva pessoas às prisões, com 28% da população carcerária total. Roubos e furtos somados chegam a 37% - crimes de baixo nível de periculosidade lotam cadeias e ajudam o crime organizado a angariar cada vez mais mão de obra. O projeto do ministro (intitulado lei “anti-crime” e com baixa adesão do Congresso) previa ainda mais encarceramento. A resposta que ele apresenta parece ir na direção oposta à resolução do problema.

Presídios estão superlotados e massacres passam a ser corriqueiros: em Manaus, em 2017, 67 pessoas foram mortas; em Boa Vista, em 2017, 33 execuções ocorreram em resposta às disputas ocorridas dias antes na capital amazonense; na Penitenciária de Alcaçuz, no Rio Grande do Norte, 26 pessoas foram mortas. Em 2018, uma rebelião e tentativa de fuga no Pará terminou com 22 mortos na região metropolitana de Belém. Em 2019, 55 detentos foram mortos em dois dias em Manaus. No Ceará, uma série de ataques liderados por facções criminosas foi responsável no mês de janeiro por 177 mortes violentas na região metropolitana de Fortaleza.

Morte de sequestrador no Rio de Janeiro

Willian Augusto Nascimento, de 20 anos, armado, sequestrou um ônibus com 37 pessoas na ponte Rio-Niterói, na manhã de 20 de agosto. O caso mobilizou a polícia, agentes públicos do governo do Rio de Janeiro, o governador Wilson Witzel e grande parte da imprensa.

Depois de mais de três horas de sequestro, Willian Augusto foi morto por disparos de um atirador de elite da PM (um sniper do Batalhão de Operações Policiais Especiais, o Bope). O criminoso estava armado com uma pistola falsa, uma faca, um teaser (eletrochoque) e também ameaçou atear fogo no veículo com um galão de gasolina.

O governador comemorou o desfecho e abraçou o policial que atirou. O porta-voz da Polícia Militar, coronel Fliess, disse que “Essa é a polícia que veremos ver. Foi necessário o disparo do sniper para neutralizar o marginal e salvar as pessoas do ônibus. Ele está em óbito no local”. Ao final, os policiais comemoraram e rezaram um Pai Nosso.

As Polícias Militar e Civil do Rio mataram 881 pessoas de janeiro a agosto deste ano, segundo o Instituto de Segurança Pública (ISP-RJ). Foram quase quatro mortos por dia, recorde para o período na série estatística de 21 anos, iniciada em 1998. Desse total, 813 vítimas viviam na capital ou em cidades da região metropolitana, com destaque para Niterói, São Gonçalo e Belford Roxo. É a política de "abate" defendida pelo governador Witzel que mata bebês e jovens negros sem ligações com o crime.

Sobre o caso específico do sequestro, inexistem protocolos policiais ao redor do mundo que não orientem o Estado a atirar em caso de ameaça a outras pessoas - inclusive nos países com policiais mais humanistas e progressistas. Num modelo de policiamento minimamente civilizado, o único caso em que o uso da arma deveria ser cogitado é quando há, justamente, ameaça real de vida a outras pessoas. Os questionamentos sobre a ação policial que as cenas despertam - a arma era de brinquedo?; o sequestrador tinha problemas mentais?; ele estava se entregando? - deverão ser respondidos ao longo de uma investigação.

De qualquer forma a ação toda revela uma polícia despreparada para a negociação e para proteção

dos cidadãos. A única resposta parece ser o tiro. O tiro que causa a morte, o trauma e ainda assim é amplamente comemorado pelo governador que, literalmente, pulou de alegria.

Cenário Geral

No primeiro trimestre de 2019, em comparação com o mesmo período de 2018, houve sensível queda nos homicídios, segundo o G1, mas a queda foi acompanhada - não coincidentemente - de um aumento expressivo da letalidade policial. O recado é claro: aquilo que incomoda é eliminado. Pouca prioridade orçamentária para inteligência e investigação. No Brasil, apenas 6% dos casos de homicídios são esclarecidos.

Ainda, um estudo do Instituto Sou da Paz revelou que de 1,7 bilhão de reais do Fundo Nacional de Segurança Pública, 62% têm sido consumidos pela Força Nacional (composta por policiais cedidos dos estados). A área de prevenção recebeu 4,5% dos recursos do Fundo desde a sua criação, e a valorização policial, 9%. Ou seja, a principal ação federal tem sido manter o funcionamento dessa tropa (como resposta emergencial a crises), com pagamento de diárias aos agentes e logística de deslocamento e estadia, em detrimento de outras ações para fomentar políticas mais robustas de combate à criminalidade.

Importante ressaltar que o governo federal, apesar de não ter atribuição constitucional clara na área da segurança pública - a principal atribuição cabe aos estados -, tem o poder de induzir políticas por meio de exigências ao direcionar recursos, mas isso não tem sido feito.

O país segue agonizando enquanto os governantes agem com pouco compromisso e comemoram a perda de vidas brasileiras.